

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES

Brasília, 01 de abril de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
MD. Presidente da República
Brasília/DF

Presidente Lula,

Com gratidão manifestamos nosso agradecimento pelo acolhimento em sua agenda deste diálogo com o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. As iniciativas de Economia Popular e Solidária se pautam pela Cooperação, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica e avança numa proposta de trabalho associado que transcende o paradigma da concentração de poder e da riqueza, incluindo os invisibilizados, minimizando as desigualdades e gerando equidade.

No Brasil a Economia Solidária teve avanços importantes no período de 2003 a 2016. Nesse período, a SENAES teve execuções orçamentárias na ordem de mais de 1 bilhão de reais com ações que, em 2013, já envolvia mais de 20 mil empreendimentos econômicos solidários em todo país. Com o golpe em 2016, ocorreu um crescente desmonte das políticas públicas federais. A SENAES tornou-se um departamento inoperante, o CADSOL foi interrompido e foi extinto o Conselho Nacional de Economia Solidária. A situação agravou-se, em 2020, com a pandemia de Covid-19. A despeito desse cenário cruel, os trabalhadores e as trabalhadoras da Economia Solidária resistiram e criaram formas de sobreviver ao avanço do neoliberalismo por meio de produção coletiva de máscaras; marmitas solidárias, uso de tecnologias de informação e cooperativismo de plataforma, comunicação para formação, comercialização e assessoramento técnico. A partir de 2023, com a reconstrução do país e das políticas públicas, tivemos a reinstalação da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária, o que celebramos como importantes iniciativas do governo de Vossa Excelência

Presidente, recordamos vossas palavras no discurso de posse, do seu desejo de "... governar este país com a mais ampla participação social, incluindo os trabalhadores e os mais pobres no orçamento e nas decisões de governo"; que não é "justo nem correto pedir paciência a quem tem fome" e que Vossa "...mais importante missão (...) será honrar a confiança recebida e corresponder às esperanças de um povo sofrido, que jamais perdeu a fé no futuro nem em sua capacidade de superar os desafios." Assim, vimos reiterar as propostas feitas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e pela União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) no "Documento Básico da Economia Solidária e do Cooperativismo Solidário para o governo de transição Lula 2023", para que a Economia Solidária de fato se efetive como um dos princípios da ordem econômica nacional, como propõe a PEC 69/2019, em tramitação no Congresso Nacional.

Presidente Lula, em vistas do exposto, elencamos aqui as nossas prioridades:

- **Regulamentação da Lei 15.068 de 2024, Lei Paul Singer, que institui a Política Nacional de Economia Solidária;**

RECEBI
EM 01/04/2025

RECEBI
ORIGINAL
EM 01/04/2025

Esplanada dos Ministérios
Bloco F – Ed. Sede / 70.059-900
61 2031.3525
Brasília- DF- Brasil

- Criar e implementar um **Programa Nacional de Compras Públicas da Economia Solidária**;
- Implementar o **Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES)**, integrado a outros sistemas como SUS, SUAS e SISAN e que seja ferramenta pública e perene de políticas intersetoriais;
- Implementar o **Sistema Nacional de Finanças Solidárias** que apoie os empreendimentos econômicos solidários, na perspectiva de sustentabilidade e o fortalecimento de uma outra lógica financeira. As finanças solidárias a partir dos Bancos Comunitários e Municipais que podem operar políticas sociais como o Bolsa Família e gerar uma moeda social de controle público. Nos últimos 5 anos os Bancos Comunitários Municipais operaram 5 bilhões;
- **Ampliar o orçamento para a Economia Popular e Solidária**, ampliando o orçamento da SENAES e sua capacidade técnica operacional para fazer face aos grandes desafios da geração de trabalho e renda para o nosso povo;
- Publicizar junto às esferas governamentais estaduais e municipais que adotem por meio do MROSC, Lei 13.019/2014 a implementação e aprimoramento das regras para as parcerias entre as OSCs e o Estado;
- Fortalecer o trabalho dos catadores e catadoras da Economia Solidária através da estruturação da reciclagem popular via PRONAREP e implementar/regulamentar o Programa Nacional de Cooperativismo Popular (PRONACOP);
- Fortalecer o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativismo Popular (PRONINC) para fortalecer as incubadoras de tecnologia social e os empreendimentos econômicos solidários.

Em agosto próximo realizaremos a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária para a qual estamos convidando Vossa Excelência, onde estaremos debatendo a atualização do Plano Nacional e afirmando a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento econômico adequada para os territórios do nosso país. Por fim, reafirmamos a importância do fortalecimento da democracia popular e da Economia Solidária, alicerçadas na vivência cotidiana da autogestão, solidariedade, cooperação e respeito à natureza, para a "União e Reconstrução" do Brasil como um país para todos e todas, e para que "os direitos e interesses da população, o fortalecimento da democracia e a retomada da soberania nacional" continuem a ser os pilares do presente governo.

Presidente Lula, continuamos seguindo o "*inédito viável*" de Paulo Freire: *inédito porque ninguém fez, viável porque podemos fazer JUNTOS!*

Democracia para sempre!

Conselho Nacional de Economia Solidária-CNES